

Uma análise sobre o desenvolvimento econômico e político da República Plurinacional da Bolívia nos primeiros anos do governo Morales (2006-2014)

The lifting of an era: Economic and political development of the Plurinational Republic of Bolivia between 2006-2014

Simone P. Viscarra¹

Resumo: Este artigo tem o objetivo de analisar a trajetória econômica e política do Estado Plurinacional da Bolívia durante o período de 2006-2014. Reconhecido como um dos países latino-americanos que mais cresceu e se estabilizou economicamente nos últimos anos, a Bolívia chama atenção no cenário político e econômico internacional. No cenário político, pela estabilidade, pois nunca um mandatário eleito por voto se manteve no poder por tanto tempo. Em termos econômicos, o avanço é observado no crescimento do seu PIB, que resulta diretamente em maiores investimentos na esfera social. Considerando o pressuposto de que o desenvolvimento de um sistema político democrático e econômico de um país são esferas que incidem positivamente uma sobre a outra, é a finalidade da investigação verificar se, na Bolívia, esses dois quesitos estão se aprimorando de forma linear. Para avaliar o desenvolvimento político democrático e o econômico do país, este estudo emprega, como base de informação, os relatórios fornecidos por organismos internacionais como FMI e CEPAL. Para a avaliação do sistema político, os dados são provenientes do Democracy Index (The Economist). Em âmbito teórico, a

¹ Simone P. Viscarra é doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professora adjunta do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Vale do São Francisco. Contato: simoneviscarra@gmail.com.

análise possui como matriz a perspectiva culturalista, que emerge na Ciência Política desde a década de 1960, sobretudo por meio dos trabalhos de Gabriel Almond e Sidney Verba e de Ronald Inglehart.

Palavras-chave: Democracia, PIB, crescimento econômico, Bolívia.

Abstract: This article aims to analyze the economic and political trajectory of the Plurinational State of Bolivia during 2006-2014. Recognized as one of the fastest economically growing and Political stable country in Latin America in recent years, Bolivia has drawn international attention. In the political scenario by the stability in keeping the president elected during his all term and in the economic side by its PIB growth, that directly results in social improvements. Considering the assumption that the development of a democratic political system depends on the country economic evaluation the purpose of this investigation is to verify if in Bolivia these two variables are improving in a linear way. The study is based on economic reports provided by international organizations such as IMF, ECLAC and according to the Democracy Index. In the theoretical scope, the analysis is based on the culturalist perspective that emerges in Political Science since the 1960s, mainly through the work of Ronald Inglehart.

Keywords: Democracy, GDP, economic growth, Bolivia.

1. Introdução

“Pequenos notáveis”, é assim que a reportagem do dia 15 de maio de 2015, do jornal El País Brasil² se refere ao desempenho econômico da Bolívia, do Paraguai, do Panamá, da Nicarágua e da República Dominicana nos últimos dez anos. Segundo o FMI (2015), o destaque econômico dessas localidades se intensifica pelo momento de crise econômica que atingiu o mundo durante a última década. Enquanto países latinos economicamente mais sólidos, como Brasil e Chile, são fortemente atingidos, aqueles superam as expectativas. Considerados países marcados pela instabilidade, por problemas sociais e por recessão, Bolívia, Paraguai, Panamá, Nicarágua e República Dominicana atingiram resultados mais que satisfatórios nesse período e contexto. No caso do Estado Plurinacional da Bolívia, a *performance* econômica, observada

² Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/15/internacional/1431703836_028033.html

através do crescimento do seu PIB, foi considerada uma surpresa. Com um passado político instável, problemas sociais graves e constantes crises econômicas, é a partir de 2006, após a eleição de Evo Morales para a presidência, que a nação boliviana parece traçar um novo caminho.

A eleição do presidente Evo Morales e sua política nacionalista parece atuar como um divisor de águas no país. Em 2014, os resultados de suas medidas políticas e econômicas iniciadas em 2006 colocaram a Bolívia em destaque internacional. Essa visibilidade é observada em capas de jornais norte-americanos, como NY Times³, na Europa com BBC (9/4/2014⁴) e El País (13/10/2014⁵), e se repete na imprensa latino-americana⁶. Para além da dimensão econômica, outro ponto de referência são as transformações na esfera social, sobretudo na área de educação, de saúde e de mobilidade. Isso é observado através do reconhecimento da UNESCO (2014) às políticas sociais desenvolvidas em direção à erradicação do analfabetismo, a melhorias em mobilidade urbana, a investimentos na área de assistência e seguridade social e de saúde (CEPAL, 2014).

Com um passado de pobreza, perdendo apenas para Honduras, Nicarágua, Guatemala e Paraguai (CEPAL, 2010), e de instabilidade política, os últimos anos mostram que a Bolívia está emergindo de uma situação de crise para uma das economias mais promissoras da região latina. Em termos políticos, o resultado é observado na manutenção do presidente Evo Morales no seu cargo desde 2006. Com o MAS (Movimiento al Socialismo), esse é o período

³ Reportagem disponível em: http://www.nytimes.com/2014/02/17/world/americas/turnabout-in-bolivia-as-economic-rises-from-instability.html?_r=0.

⁴ Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/04/140408_economia_bolivia_ms_rb.

⁵ Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/13/internacional/1413231236_207335.html.

⁶ Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/outras-palavras/economia-o-notavel-exemplo-da-bolivia-6693.html> e <http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/04/criticada-por-estatizacoes-bolivia-e-elogiada-por-ex-pansao-e-estabilidade.html>.

mais longo da história da Bolívia em que um mesmo mandatário, eleito por voto, se mantém na presidência. Durante 1930 a 1989 passaram pela presidência do país 37 mandatários, sendo 20 militares. Entre 1989 a 2006, o país teve sete mandatários, sendo que quatro saíram do cargo antes do tempo previsto.

Caracterizado de perfil social-democrata, Evo Morales adota uma ideologia política diferente dos partidos que anteriormente subiram à presidência (Reis, 2013). Seguindo uma linha econômica menos liberal, o governo Morales estatiza recursos naturais, posiciona-se mais livre em relação aos Estados Unidos e amplia políticas públicas em áreas como educação, saúde e transporte. Tais mudanças causam um impacto positivo na realidade boliviana (Mayorga, 2004; Reis, 2013). É considerando esse cenário, de maior estabilidade política e de melhor desempenho econômico, que a proposta deste artigo se desenvolve.

É objetivo deste estudo avaliar se o desempenho econômico e a materialização de um sistema político democrático na Bolívia, durante o período de 2006-2014, seguem um desenvolvimento linear. O intuito é verificar se existe uma assimetria entre os níveis de desempenho econômico e de implementação de um sistema político democrático mais maduro no país nos últimos anos. Desde o fim da ditadura militar boliviana, que durou de 1964 até 1982, esse é considerado um país de perfil democrático e presidencialista. Mesmo assim, contudo, as primeiras décadas da democracia não foram de tranquilidade. Entre 1982 e 2006 as tensões políticas, econômicas e sociais continuaram – cenário que parece ter mudado após 2006.

Em termos teóricos, emprega-se aqui a matriz culturalista de compreensão da relação entre desenvolvimento político e democrático. Defende-se que um sistema político estável e maduro depende do apoio e do respaldo dos seus cidadãos. De acordo com essa perspectiva, valores comportamentais, subjetivos e avaliativos de apoio ao governo tendem a aumentar quando a população observa melhorias na sua qualidade de vida. Então, para, nesta pesquisa, verificar o desenvolvimento econômico da Bolívia,

serão empregados dados de crescimento do PIB desse país e como eles se refletem na esfera social (CEPAL). No que tange ao sistema democrático, serão considerados os relatórios da The Economist (Democracy Index) desde 2006.

Este artigo está elaborado em quatro seções, além desta introdução. A primeira seção demarca a matriz teórica que dá suporte à análise elaborada e ao objetivo proposto. A segunda, empregando dados numéricos, discorre sobre a situação econômica. Depois, a terceira apresenta a avaliação do sistema político do país em análise. A quarta, e última, seção discorre sobre as conclusões do estudo.

2. Enquadramento teórico: a relação e a complementaridade entre desenvolvimento econômico e político

O conceito de democracia está em constante debate e redefinição. Todavia, dentre as perspectivas mais profícuas sobre a sua definição estão a visão institucionalista e a culturalista. A primeira, historicamente mais tradicional, está pautada na valorização de atributos formais e normativos para manutenção e implementação de sistemas políticos e, por consequência, democráticos. De acordo com essa visão, as qualidades mais importantes para a instauração de um sistema consolidado dependem da criação e da execução de procedimentos, de normas e de regras detalhados. É essa base formal e procedimental a responsável pela consolidação de projetos políticos duradouros e de qualidade. Entre os teóricos que defendem esse modelo estão Robert Dahl (1989), Przeworski (1991, 1993, 2000) e Peter Hall (1994). A segunda perspectiva oferece uma abordagem diferente.

Para teoria culturalista é essencial que valores culturais (cognitivos, avaliativos e comportamentais) da população em que o sistema político está inserido sejam considerados. Aqui o ato de fazer política diz respeito às pessoas para quem tal sistema político está sendo implementado. Devendo ser primordial inserir seus cidadãos e seus posicionamentos no debate para

compreender como o modelo político instaurando está se desenvolvendo e, assim, conhecer seus principais obstáculos. Com base nessa segunda perspectiva, uma democracia, para ser plena, precisa ir além dos aspectos formais, pois ela depende do retorno que os cidadãos oferecem ao sistema político (Tonela, 2011).

Neste estudo defende-se que tanto instituições como valores culturais possuem um peso significativo para a consolidação de sistemas democráticos duradouros e desenvolvidos (Goodin e Klingemann, 1996). Ou seja, que a democracia depende de atributos institucionais e culturais para se estruturar, e que eles se retroalimentam. Em relação aos valores culturais, eles são mensurados com base no apoio da população ao sistema político em questão, seja participando, seja opinando. Em outras palavras, que a democracia, como quesito político sólido, só se estabelece num cenário que compreenda fatores como universalização do voto, liberdade política, mandatos com tempo limitados respeitados, isso em conjunto com valores culturais de apoio e de suporte ao sistema⁷.

Nesse ponto, adiciona-se a importância do desenvolvimento econômico e das melhorias na qualidade de vida dos cidadãos. Um sistema político, para ser acompanhado de maior e mais intensa comunicação e apoio por parte da população, depende do retorno que a sociedade está tendo em termos de qualidade de vida (Baquero, 2008; Coraggio, 2008; Mussi e Afonso, 2008). A relação entre regimes políticos e crescimento econômico é enfatizada por Baum e Lake (2003) e por Doucouliagos e Ulubasoglu (2008) ao argumentarem que o modelo político instaurado em uma localidade pode influenciar positivamente sobre seu crescimento econômico. Isso porque uma democracia bem constituída diz respeito à existência de regras claras, bem definidas e de boa *performance* institucional perante seus eleitores.

⁷ Detalhes em Beetham (1999).

Segundo Hanson (2010), um modelo democrático consolidado e estável inclui, no seu corpo, a criação de boas práticas políticas e econômicas, bem como inclui também a capacidade de o Estado promover e manter políticas públicas de melhoria de vida da população. Enquadra-se nesse ponto a elaboração de medidas que aprimorem a dimensão social da sociedade, como investimentos em saúde, em educação e em redistribuição de renda, por exemplo. Para o autor, a relação entre a capacidade de implantação de políticas econômicas bem-sucedidas e democracia aumenta a atratividade do país (Hanson, 2010).

A relação entre desenvolvimento econômico e democracia é defendida por Inglehart (1995a, 1995b) e Inglehart e Welzel (2005). Para ele, a relação entre desenvolvimento econômico e democracia é causal, ou seja, que a democracia, como modelo político, depende das características econômicas da localidade em que está inserida. Países com uma economia mais sólida tendem a possuir democracias culturalmente mais bem aceitas pela população. De acordo com o autor, sistemas econômicos bem desenvolvidos influenciam diretamente a manutenção e a ampliação de sistemas democráticos via incentivo de valores culturais mais cívicos por parte das pessoas (Inglehart, 1995; e Inglehart e Welzel, 2005; Baquero, 2008; Baquero, 2001; Coraggio, 2008; Mussi e Afonso, 2008). Isso ocorre por causa da percepção dos benefícios promovidos pelo bom desempenho econômico por parte da população em sua vida diária.

De acordo com Inglehart (1995a, 1995b) e Inglehart e Welzel (2005), trabalhos acadêmicos marcados por uma perspectiva estritamente economicista e racional para a compreensão das ações dos atores civis em assuntos políticos negligenciam variáveis importantes, entre elas os fatores culturais. Para o autor, negar a influência dos valores culturais para a manutenção de um regime político é um erro, visto que é impossível compreender alguma realidade social sem considerar os aspectos cognitivos, avaliativos e comportamentais das pessoas, ou apenas utilizando-se de meios racionais. Inglehart (1988, 1995a, 1995b, Inglehart e Welzel 2005) descreve que os hábitos e as condutas culturais dos seres humanos são fortemente influenciados pela trajetória e formação

econômica das sociedades em que vivem (Inglehart, 1988), ou seja, quanto mais bem estabelecido e desenvolvido em termos econômicos um país for, mais consistente tende a ser a dimensão cultural de apoio por parte das pessoas ao sistema político vigente (Inglehart, 1995^a, 1995b; Inglehart, Welzel, Christian, 2005). E é essa dimensão que oferece uma base sólida fundamental para a manutenção de uma estrutura política, assim evitando distúrbios e promovendo estabilidade.

Essa relação é destacada por Baquero (2011) ao estudar o contexto latino-americano. Segundo o pesquisador, a instauração de uma democracia plena está inteiramente relacionada com a qualidade de vida das populações. Para ele, o maior empecilho ao desenvolvimento de uma democracia consolidada, ou seja, que tenha apoio popular, se concentra no âmbito social, sobretudo na América Latina (Baquero, 2011). Para Baquero, um sistema que conte com o apoio de sua população precisa desenvolver uma base econômico-social sólida, uma base que promova melhorias econômicas que se reflitam na qualidade de vida das pessoas. De acordo com o autor, quando esse cenário se consolida, a confiança e o apoio à política instaurada se ampliam e se manifestam. Para ele, a falta de retorno social tem sido um dos motivos centrais para justificar a instabilidade política, situação geralmente promovida pela incapacidade de governos em promover melhoramentos e aprimoramentos em âmbito econômico.

Para se consolidar como estável e duradouro, um sistema democrático necessita de um governo que estimule e impulsione reformas econômicas e sociais que fomentem o desenvolvimento humano. Os desequilíbrios socioeconômicos contínuos são obstáculos diretos à democracia, pois afetam a qualidade e o bem-estar das populações e, assim, a relação entre governo e sociedade civil. Inclui-se, nesse aspecto, o debate em torno do conceito de cultura cívica, que ganha notoriedade na ciência política a partir de 1963 com os trabalhos de Almond e Verba (1963) ao analisarem quais quesitos, para além dos institucionais, intensificam o sucesso de uma democracia. A partir de

pesquisa comparada em diferentes países, os autores defendem que a manutenção de determinados valores e atitudes entre a população corrobora para instauração de democracias sólidas e consolidadas. Em dias atuais, com enfoque na realidade latino-americana, a continuidade desse argumento é desenvolvida por Baquero (2011).

Para Baquero (2011), a geração de coesão social, cívica e valores democráticos de suporte ao sistema por parte da população é o pilar fundamental para o fortalecimento da democracia. São essas variáveis de apoio que indicam melhorias na qualidade de vida das pessoas. Um sistema político que forneça mudanças positivas na vida da sociedade onde está inserido conduz a uma situação de maior apoio por parte das pessoas. Segundo o autor, a democracia, como princípio político, deriva da interação e comunicação entre Estado e sociedade civil. E a comunicação depende da confiança estabelecida entre essas esferas, que tornam um sistema político democrático (Baquero, 2011).

Em outras palavras, economia e política são variáveis que se retroalimentam, sobretudo num sistema democrático. Uma democracia consistente depende de uma base econômica saudável, cujo desempenho depende da manutenção e da formação da sua esfera política. Sistemas políticos estáveis e com índices de cultura política de apoio satisfatórios potencializam um cenário político favorável ao crescimento econômico, pois geram estabilidade e credibilidade ao sistema. Considerando isso, segue uma análise exploratória da realidade, econômica e política boliviana durante o período de 2006 a 2014 para avaliar se os argumentos teóricos descritos podem ser empregados para compreender a realidade do país em questão.

3. Bolívia: trajetória econômica durante o período de 2006-2014

Esta sessão analisa o cenário econômico da Bolívia entre 2006 e 2014, para, na sequência, observarmos dados de avaliação do regime democrático no país. Para a análise da trajetória econômica da localidade serão empregados

dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Para qualificar a análise serão incluídas, quando possível, informações anteriores a 2006, desse modo permitindo a comparação da situação econômica e política do país antes e depois da tomada de posse de Evo Morales à presidência. A Tabela 1 apresenta o crescimento do PIB segundo o FMI de 2014 para 2015⁸ (da pior classificação à melhor):

Tabela 1- Projeção do crescimento PIB para 2015.

Venezuela	-7
Brasil	-1
Argentina	-0,3
Equador	1,9
Belize	2,0
Canadá	2,2
El Salvador	2,4
Suriname	2,7
Chile	2,7
Uruguai	2,8
México	3,0
Colômbia	3,4
Costa Rica	3,8
Guiana	3,8
Peru	3,8
Guatemala	4,0
Paraguai	4,0
Bolívia	4,3
Nicarágua	4,6
Republica Dominicana	5,1
Panamá	6,1

Fonte: FMI (2014).

De acordo com os dados, na pior colocação da tabela está o desempenho da Venezuela, do Brasil e da Argentina. Todos com estimativa negativa. Em segundo momento estão os países com expectativa de crescimento positivo, todavia tímidos. E, por último, destacam-se Bolívia, Nicarágua, República

⁸ Dados disponíveis em: < www.imf.org/ >.

Dominicana e Panamá, com os melhores resultados. Com vistas a complementar a avaliação da *performance* econômica e compreender a situação da Bolívia durante a última década e em comparação com os demais da região latina, a próxima tabela diz respeito ao Produto Interno Bruto⁹ entre 1996 e 2019 (estimativa) (FMI, 2014)¹⁰.

Tabela 2- Crescimento do PIB entre 1996 e 2019

	1996 - 2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2019
América Latina e Caribe	2.9	5.6	5.8	4.3	-1.3	6	4.6	3.1	2.7	2.5	3	3.6
Antígua e Bermuda	3.9	12.7	7.1	1.5	-10.7	-8.6	-2.6	2.8	0.5	1.6	1.9	2.2
Argentina	2.3	8.5	8.7	6.8	0.9	9.2	8.9	1.9	4.3	0.5	1	2
Bahamas	4	2.5	1.4	-2.3	-4.2	1	1.7	1.8	1.8	2.3	2.8	2.3
Barbados	2	5.7	1.7	0.3	-4.1	0.2	0.8	0	-0.7	-1.2	0.9	2.3
Belize	5.7	4.7	1.2	3.8	0.3	3.1	2.1	4	1.6	2.5	2.5	2.5
Bolívia	3.3	4.8	4.6	6.1	3.4	4.1	5.2	5.2	6.8	5.1	5	5
Brasil	2.4	4	6.1	5.2	-0.3	7.5	2.7	1	2.3	1.8	2.7	3.5
Chile	4.3	5.8	5.2	3.2	-0.9	5.7	5.7	5.4	4.2	3.6	4.1	4.5
Colômbia	2.3	6.7	6.9	3.5	1.7	4	6.6	4.2	4.3	4.5	4.5	4.5
Costa Rica	4.5	8.8	7.9	2.7	-1	5	4.5	5.1	3.5	3.8	4.1	4.5
Dominica	1.9	4.6	6	7.8	-1.1	1.2	0.2	-1.1	0.8	1.7	1.7	1.9
República Dominicana	5.2	10.7	8.5	5.3	3.5	7.8	4.5	3.9	4.1	4.5	4.1	4
Equador	3	4.4	2.2	6.4	0.6	3.5	7.8	5.1	4.2	4.2	3.5	3.5
El Salvador	2.7	3.9	3.8	1.3	-3.1	1.4	2.2	1.9	1.6	1.6	1.7	2
Granada	5.9	-4	6.1	0.9	-6.6	-0.5	0.8	-1.8	1.5	1.1	1.2	2.5
Guatemala	3.3	5.4	6.3	3.3	0.5	2.9	4.2	3	3.5	3.5	3.5	3.5
Guiana	1.6	5.1	7	2	3.3	4.4	5.4	4.8	4.8	4.3	4	3.3
Haiti	1	2.2	3.3	0.8	3.1	-5.5	5.5	2.9	4.3	4	4	4
Honduras	3.8	6.6	6.2	4.2	-2.4	3.7	3.8	3.9	2.6	3	3.1	3
Jamaica	0.6	2.9	1.4	-0.8	-3.4	-1.4	1.4	-0.5	0.5	1.3	1.7	2.7
México	3.4	5	3.1	1.4	-4.7	5.1	4	3.9	1.1	3	3.5	3.8

⁹ O PIB de uma nação representa a soma de todos os bens materiais, serviços, investimentos e gastos do governo em uma determinada região (consumindo, investindo e vendendo) – nesse caso, dentro da Bolívia.

¹⁰ O PIB Real da Bolívia considera as variações nas quantidades produzidas dos bens, e não nas alterações de seus preços de mercado.

Nicarágua	4.1	4.2	5	4	-2.2	3.6	5.4	5.2	4.2	4	4	4
Panamá	4.9	8.5	12.1	10.1	3.9	7.5	10.9	10.8	8	7.2	6.9	5.8
Paraguai	1.2	4.8	5.4	6.4	-4	13.1	4.3	-1.2	13	4.8	4.5	4.5
Peru	3.3	7.7	8.9	9.8	0.9	8.8	6.9	6.3	5	5.5	5.8	5.8
SãoCristóvão e Névis	3.9	4.6	4.8	3.4	-3.8	-3.8	-1.9	-0.9	1.7	2.7	3	3.1
St. Lúcia	2	7.2	1.4	4.7	-0.1	-0.7	1.4	-1.3	-1.5	0.3	1	2.2
São Vicente e Granadinas	3.8	6	3	0.5	-2	-2.3	0.3	1.5	2.1	2.3	2.9	3.3
Suriname	3.4	5.8	5.1	4.1	3	4.2	5.3	4.8	4.7	4	4	4.3
Trinidade e Tobago	7.9	13.2	4.8	3.4	-4.4	0.2	-2.6	1.2	1.6	2.2	2.2	1.6
Uruguai	1.2	4.1	6.5	7.2	2.2	8.9	6.5	3.9	4.2	2.8	3	3.8
Venezuela	1.6	9.9	8.8	5.3	-3.2	-1.5	4.2	5.6	1	-0.5	-1	1

Fonte: FMI (2014).

*Em negrito, valores superiores a 5.0.

Para a análise dos dados foi empregado o critério de corte de 5,0 ou mais. Assim, observa-se que, entre 1996 e 2005, apenas quatro países possuíam um crescimento do PIB igual ou superior a esse valor (Belize, República Dominicana, Granada e Trinidad e Tobago). No que tange à Bolívia, esse valor é de 3,3, o menor alcançado em todos os anos observados no país. De acordo com os indicadores sociais do UDAPE (Unidad de Análisis de Políticas Sociales y Económicas da Bolívia), entre 1999 e 2002 a taxa de desemprego média no país era de 20%. Somando isso com uma economia frágil e uma situação fiscal deteriorada, o cenário era de forte convulsão político-social. Seguindo um modelo econômico neoliberal em relação ao controle dos hidrocarbonetos e em clima de instabilidade econômica, o governo de Gonzalo Sánchez de Lozada, para tentar frear a crise, introduziu mais um imposto sobre a renda dos contribuintes. Tal medida aumentou a insatisfação e a instabilidade do país (Gutierrez e Lorini, 2007; Tapia, 2005; Mendoza-Botelho, 2016).

Em 2002, o presidente Lozada foi retirado do cargo e a presidência foi assumida pelo seu vice-presidente, Carlos Mesa Gisbert, que também não terminou o mandato (Seligson et al., 2004). Renunciando em julho de 2005, Mesa passou a faixa para o presidente da Suprema Corte de Justiça, Eduardo Rodríguez Veltzé. A situação do país era de forte descrença popular em relação

aos seus mandatários e as políticas neoliberais dos últimos anos. Esse panorama prepara o cenário para a eleição de Evo Morales em 2006 (Gutierrez e Lorini, 2007, Mendoza-Botelho, 2016).

Logo após a eleição de Evo Morales, para 2006 e 2007, o crescimento do PIB se torna mais positivo em toda a região, pois mais de 19 países alcançam um resultado superior a 5,0. Na Bolívia, o panorama também ficou otimista. O valor aumentou significativamente, embora sem atingir o critério de corte (4,8 e 4,6). Segundo o FMI, isso representou um acréscimo de aproximadamente 16 bilhões de dólares no PIB boliviano entre 2006 e 2008.

O destaque do crescimento do PIB boliviano está em 2008, quando o país alcançou 6,1, ficando entre os nove com valor igual ou superior a 5,0. A queda em relação ao número de países com crescimento de PIB inferior a 5,0 em 2008 pode ser considerada reflexo da crise econômica mundial. Em 2009, o cenário era contraproducente para praticamente toda localidade latino-americana, pois 20 (dos 32) países terminaram o ano em negativo. Nesse ano, a Bolívia alcançou o terceiro melhor resultado entre os países (3,4). Tais resultados se tornaram ainda mais relevantes para o país quando considerada a crise econômica mundial, na qual a região mergulha também desde 2008. Isso significa que, embora toda a região estivesse sofrendo com os impactos da crise econômica, a Bolívia, mesmo com seu passado de crise e de instabilidade, apresentou-se como um dos que mais souberam lidar com a situação.

De acordo com os dados de 2010, o panorama já era mais positivo para os países latinos, haja vista que dez deles alcançam um crescimento do PIB superior a 5,0 e apenas oito resultaram em negativo (contra 20, em 2009). Na Bolívia, o crescimento do PIB foi de 4,1. Na sequência, em 2011, o cenário latino-americano progrediu, pois nenhum país ficou em recessão. Para a Bolívia, esse ano foi especialmente relevante, pois, pela primeira vez, o país alcançou valor superior a 5,0 (5,1) e, desde então, o crescimento do seu PIB ficou acima de 5,0 e com projeção de assim continuar até 2019. Um panorama positivo assim se repete apenas para o Peru e o Panamá na América Latina.

Em 2012, o cenário na América Latina terminou em leve queda, pois apenas sete países superaram a marca de 5,0. Na Bolívia, o resultado de 2012 foi igual ao do ano anterior e o país ficou entre os sete melhores. Para 2013, o cenário latino-americano como um todo voltou a cair, sendo que apenas quatro países tiveram um crescimento do PIB acima de 5,0, entre eles a Bolívia, em terceira posição (6,8). Em 2014 e 2015, esse valor diminuiu (5,1), contudo, a Bolívia continua entre os três países com maior projeção de crescimento de PIB na região. Cabe salientar que o resultado para 2015 superou as expectativas do FMI para a Bolívia para esse ano, que era esperado ser de 4,3. Para 2015 a 2019, a Bolívia é um dos únicos três países com perspectiva de PIB acima de 5,0.

Para complementar as informações sobre o cenário econômico do país, os próximos dados apresentam ao valor total do PIB da Bolívia em bilhões de dólares durante o período de 1997 a 2014 (FMI, 2002-2014).

Quadro 1- PIB da Bolívia em bilhões de dólares

Ano	PIB em Bilhões	Ano	PIB em Bilhões
1997	7.9	2006	9.54
1998	8.5	2007	11.45
1999	8.3	2008	13.12
2000	8.4	2009	16.68
2001	8.1	2010	17.34
2002	7.9	2011	19.65
2003	7.9	2012	23.95
2004	8.1	2013	27.04
2005	8.77	2014	30.6

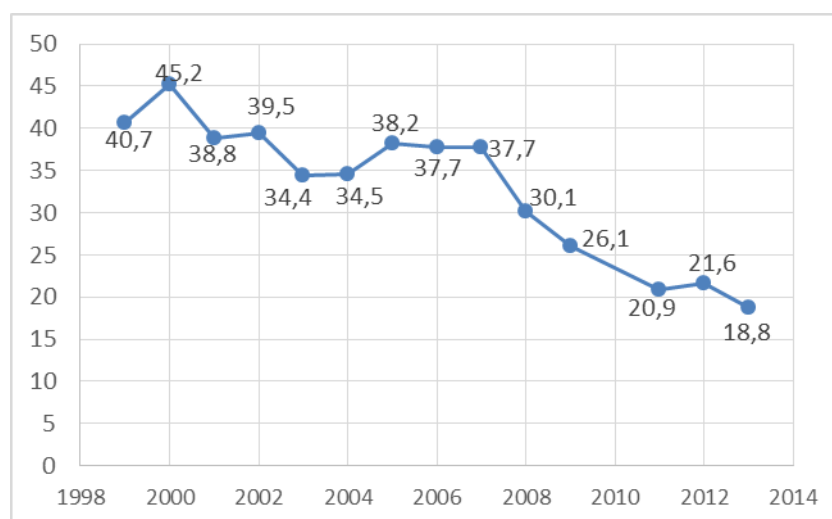
Fonte: <<http://www.tradingeconomics.com/bolivia/gdp>>
Valores em dólares norte-americanos.

O primeiro bloco descreve os anos de 1997 a 2005. Nesse período, a média do valor total do PIB boliviano ficou em 8,2 bilhões de dólares e um cenário de pouca variação. Para o período de 2006 a 2014 observa-se um constante aumento no valor total do PIB, cabendo destacar que, depois disso, em nenhum ano o valor do PIB regrediu ou se manteve igual, nem em 2009,

quando o PIB do país teve seu crescimento menos promissor. A média para o período de 2006 a 2014 foi de 18,81 bilhões, dez a mais do período anterior, de 1997 a 2005.

No que tange à dimensão social, os próximos dados discorrem sobre a taxa de pobreza na Bolívia. A introdução dessas informações se justifica pela relação entre PIB, investimentos sociais e melhorias econômicas. Produzidas pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) as informações abaixo discorrem sobre as taxas de pobreza e indigência do país entre os anos de 1988 a 2014 na Bolívia.

Gráfico 1- Extrema Pobreza (%)



Fonte: CEPAL (2014).

Em 1998, a Bolívia contava com 40,7% dos seus habitantes abaixo da linha de pobreza extrema, ou seja, a cada 100 cidadãos bolivianos, 40 viviam com menos de US\$ 1,25 (dólares) por dia¹¹. Essa porcentagem que pouco se reduz até 2002 (39,5%). Depois, diminuindo cinco casas percentuais entre 2003 e 2004, esse valor fica em 34,5%. Entre 2005 e 2007 constata-se uma levíssima

¹¹ Detalhes sobre o cálculo de pobreza em: <<http://www.cepal.org/cgi-bin/getprod.asp?xml=/MDG/noticias/paginas/1/40211/P40211.xml&xsl=/MDG/tpl/p18f.xsl&base=/MDG/tpl/top-bottom.xsl>>.

queda. Mudanças mais intensas são visualizadas a partir de 2008, quando o valor atinge 30%. Os anos que seguem reforçam a melhoria do país, cuja taxa de extrema pobreza continua em queda até 2011. Com um valor de 20,9% em 2011, esse é o segundo melhor ano de combate à pobreza extrema no país. O aumento de menos de um ponto percentual para o ano seguinte não é relevante uma vez que, em 2013, o valor termina em 18,8%. Em outras palavras, observa-se, no gráfico, que, entre 1998 e 2006, a média era de 39 habitantes (38,6%) a cada 100 vivendo abaixo da linha da pobreza extrema e, entre 2007 e 2013, essa média é de 26 (26%) habitantes para cada 100 bolivianos. Destaquem-se os últimos três anos, cujo resultado se manteve próximo aos 20%.

Para complementar a análise sobre os avanços econômicos e a qualidade de vida, as próximas informações verificam o investimento do governo boliviano em saúde e em educação no período de 1999 a 2014.

Quadro 2-Investimento em educação e saúde:

Ano	Gasto em Educação				Ano	Gasto em Saúde			
	Bruto	% do Gasto público	% do PIB	<i>Per Capita</i>		Bruto	% do Gasto público	% do PIB	<i>Per Capita</i>
1999	468	19,27	5,66	58	1999	297,9	10,48	3,6	37
2000	458,9	18,67	5,47	55	2000	272,1	8,67	3,25	33
2001	481,1	18,46	5,9	58	2001	305,3	10,03	3,74	37
2002	493,3	18,71	6,23	58	2002	324,7	11,22	4,1	38
2003	516,2	19,94	6,38	56	2003	282,9	11,04	3,5	31
2006	727,3	21,16	6,31	76	2006	405,7	12,05	3,52	42
2008	1.182,10	19,92	7,04	118	2008	572,1	10,4	3,41	57
2009	1.411,30	22,56	8,08	137	2009	689,5	11,33	3,95	67
2010	1.503,80	24,13	7,6	143	2010	724,8	11,87	3,66	69
2011	1.663,50	19,48	6,89	155	2011	905,6	11,06	3,75	85
2012	1.756,10	17,83	6,44	161	2012	1.029,20	11,33	3,77	95
2014	2.339,10	16,85	7,04	221	2014	1.517,40	11,75	4,57	144

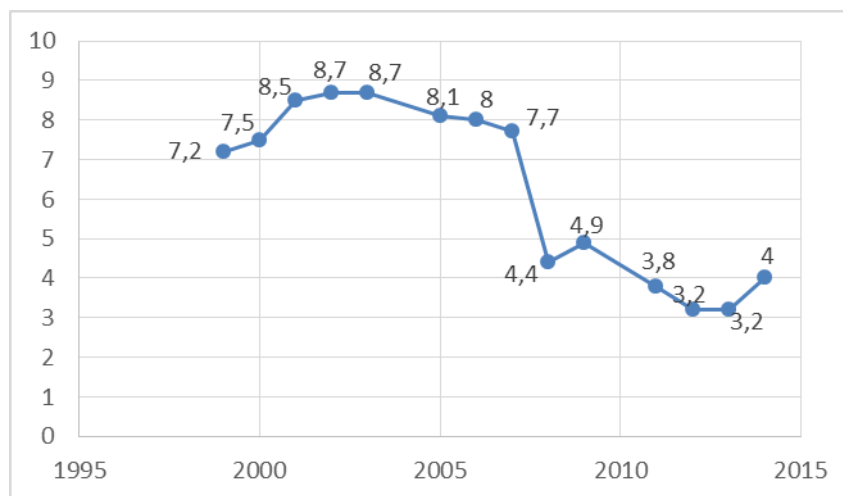
Fonte: FMI (2014).

Como pode ser observado, no caso da educação, o valor investido por habitante (*per capita*) teve pouca alteração entre 1999 e 2003, com uma média de 57 dólares por habitante/ano. Em relação ao gasto bruto (total investido) e porcentagem do PIB investida nessa área, observa-se um leve aumento durante o período, mas insuficiente para promover uma melhora substancial para população. No caso da saúde, a situação é pior. Isso porque em 2003 o valor por habitante alcança apenas 31 dólares, o mais baixo do período. A média desse período foi de 35 dólares por habitante/ano. Em relação ao investimento bruto e de porcentagem do PIB repassado a essa área, esses sofrem oscilações constantes, contudo terminam o período sem aumento significativo.

Em 2006 observa-se um crescimento mais consistente do valor aplicado por habitante nas duas áreas. No que concerne à educação, o investimento por habitante, entre 2006 e 2014, é de constante aumento, chegando, em 2014, a 221 dólares, o que é mais que o dobro de 2006 e quatro vezes mais que a média do período anterior. O mesmo aumento ocorre em relação ao total investido (valor bruto). Em relação à porcentagem do PIB investido em educação, observa-se um leve aumento. Para a saúde também se identifica um cenário positivo no após 2006. Entre 2006 e 2014, o valor investido por habitante aumenta em mais de 100 dólares. O mesmo ocorre no valor bruto, porcentagem do PIB e porcentagem do gasto público repassado.

Para complementar a dimensão social, apresentam-se os dados do FMI sobre a dimensão do desemprego urbano entre 1999 e 2013 no país. A escolha desses dados se justifica pelo fato de o índice de desemprego ser uma variável que vincula qualidade de vida e desenvolvimento econômico.

Gráfico 2 - Desemprego urbano (%)



Fonte: FMI (2014)

Entre 1999 e 2003, o país sofreu com o aumento na taxa de desemprego urbano. Depois, para os anos de 2003 a 2006 não se constata uma variação significativa, com uma média de 8,3% de desemprego no período. No ano de 2007 observa-se uma leve queda de desemprego urbano, que fecha em 7,7. Cabe destacar que esse ano foi a última vez em que o país teve uma taxa superior a 7,0%¹² de desemprego urbano. Os anos subsequentes foram de melhoria, uma vez que o índice se manteve abaixo dos 5%. Observa-se, em 2008, o resultado de 4,4%, menor taxa de desemprego urbano até então. Mesmo com aumento em 2009 (4,9%), a situação é positiva, tanto pelo fato de o aumento ser pequeno (0,5% a mais que a pesquisa anterior), como porque em 2011 o resultado ter atingido a menor porcentagem, de 3,8%. A queda na porcentagem de desempregados continuou em 2012, cujo resultado foi de 3,2%, resultado que permanece em 2013. Para finalizar a análise, o último ano com dados disponíveis terminou com 4%. Assim, observa-se que o desemprego urbano diminuiu quatro casas percentuais nos últimos oito anos, desde 2006, e se mantém numa média de 4,8.

¹² Detalhes em: <<http://www.worldbank.org/en/news/feature/2012/10/03/empleo-perspectivas-america-latina-2012>>.

Agregando valor à situação positiva da Bolívia, os dados seguintes esclarecem o cenário do desemprego entre diferentes países latinos entre 2005 e 2013.

Tabela 3- Índice de desemprego na América Latina

2005		2014	
México	4.7	Bolívia	4.0
Paraguai	7.6	Equador	4.65
Bolívia	8.1	Paraguai	5.5
Equador	8.5	Peru	6.0
Chile	9.2	Chile	6.56
Peru	9.6	Uruguai	6.59
Brasil	9.8	Brasil	6.0
Argentina	11.6	Argentina	6.91
Uruguai	12.2	Suriname	8.93
Venezuela	12.4	Colômbia	8.99
Colômbia	14.3	Venezuela	14.2

Fonte: CEPAL 2014

Entre 2005 e 2015, a Bolívia passou de terceira colocada para primeira posicionada em termos de menor taxa de desemprego entre os países da América do Sul. Em segundo lugar está o Equador, que vai da quarta posição para a segunda. Como nos dados anteriores, o cenário descrito na Tabela 3 destaca o bom desempenho do país em termos econômicos, que, por consequência, resultam em melhorias sociais.

A melhora do país em termos econômicos entre 2006 e 2014 pode ser justificada por três pontos: i) recursos naturais; ii) investimento planejado; e iii) estabilidade social. No primeiro item, o destaque é a nacionalização dos hidrocarbonetos (gás e petróleo), o que consideravelmente acarretou no aumento das receitas do Estado. O segundo quesito diz respeito à forma de investimento público realizado pelo governo de Evo Morales. A melhoria econômica do país permitiu à Bolívia tanto ampliar o investimentos em áreas sociais como construir uma reserva financeira. Assim, além da situação de diminuição da pobreza, soma-se a efetividade monetária do país, que impacta

no maior acesso dos bolivianos ao crédito e a serviços financeiros. Por último cabe indicar a estabilidade social e política. Em termos sociais, os resultados estão promovidos pela própria melhoria da esfera econômica e, em termos políticos, pela maior estabilidade após 2006.

Analizados os dados de crescimento e de desenvolvimento econômico (PIB), as taxas de investimento do governo em áreas sociais, como em saúde e em escolaridade e o nível de desemprego da Bolívia, os próximos dados discorrem sobre a avaliação da democracia no país.

4. Bolívia: trajetória política durante o período de 2006 a 2014

Nesta seção verifica se, durante o período em questão, houve um aprimoramento do sistema político boliviano. Para isso são empregados os relatórios da The Economist Intelligence Unit's Democracy Index 2006-2014 sobre a qualidade das democracias no mundo. A escolha por esses dados se justifica pela metodologia e pelo conjunto de variáveis empregadas pela instituição para mensurar os sistemas políticos ao redor do globo.

O Democracy Index é composto por cinco variáveis: i) processo eleitoral (regularidade das eleições e respeito às normas eleitorais do país), ii) funcionamento do governo (instituições políticas e aplicabilidade das leis), iii) participação política dos cidadãos (participação política formal), iv) cultura política (apoio ao sistema político) e v) respeito às liberdades civis dos cidadãos. Ou seja, os quesitos empregados pelo instituto permitem avaliar as dimensões institucionais e culturais dos sistemas políticos.

Com resultados entre 0 até 10, a metodologia do Democracy Index categoriza os países em quatro níveis: i) democracias completas, ii) democracias incompletas, iii) sistemas híbridos e iv) regimes autoritários. Para estar no primeiro grupo, a média final do país deve ser entre 10 e 8,05; no segundo, entre 8,04 e 6,06; no terceiro, entre 6,5 e 4,0; e, no último, resultado inferior a 3,9. No relatório de 2014, dos 167 países avaliados, 14,4% estavam no primeiro grupo, 31,1% no segundo, 23,4% no terceiro e 31,1% no dos regimes

autoritários. Com 9,93 em 2014, a Noruega estava na primeira posição e, com 1,08, a Coreia do Norte, em última. A Bolívia, em 2014, estava na 83ª posição, cujos resultados são descritos abaixo.

Quadro 3- Index da Democracia na Bolívia (2006-2014)

	Índice geral		Processo eleitoral	Funcionamento do governo	Participação política	Cultura política	Liberdades civis
	AL	BO	Bolívia				
2006	6.37	5.98	8.33	5.71	4.44	3.75	7.65
2008	6.43	6.15	8.33	5.71	5	3.75	7.94
2010	6.37	5.92	7.92	5	5.56	3.75	7.35
2011	6.35	5.84	7	5	6.11	3.75	7.35
2012	6.36	5.84	7	5	6.11	3.75	7.35
2014	6.36	5.79	7	5	5.56	3.75	7.65

Fonte: Democracy Index 2014.

Os relatórios dessa instituição começaram a ser produzidos em 2006. Durante 2006 a 2014, a Bolívia esteve localizada como uma democracia incompleta, obtendo o melhor desempenho em 2008 (6,15). Em comparação com o índice geral da América Latina, a posição do país sempre foi menor que a média da região.

No que cabe ao processo eleitoral, observa-se uma melhora para 2008, mas que regride com o passar dos anos, chegando em 2014 com seu pior resultado, com queda de 1,33 pontos. Na sequência vai a avaliação do funcionamento do governo. Com queda inferior ao quesito anterior, esse fica em 5.71 até 2008. Após esse ano, esse resultado se mantém com 5 pontos. O terceiro quesito, o da participação política, é o que mais oscila no período e é a única categoria que, com o passar dos anos, se torna mais intensa. Entre os anos 2006 e 2010, a avaliação da participação política aumenta constantemente,

evoluindo 1,11 pontos. Entre 2011 e 2012 esse valor volta a crescer, atingindo 6,11. Todavia, em 2014 o país termina com o mesmo resultado de 2010. O item cultura política diz respeito ao apoio e interesse dos cidadãos em relação ao sistema político. Em relação a isso, o resultado foi constante durante os oito anos analisados (3,75). Por último, a avaliação da liberdade civil teve pouca alteração, com melhor resultado em 2008 (7,94). Em 2010 a 2012, essa variável sofreu uma queda e ficou em 7,35. Depois, em 2014, atinge o mesmo valor de 2006.

Essas informações evidenciam que o cenário político democrático da Bolívia foi menos positivo que o econômico. O ano de 2006 marca a chegada do primeiro indígena à presidência, isso em um país com 62% de população indígena (CEPAL, 2014). Esse acontecimento foi acompanhado de ampla comoção nacional (Gutierrez e Lorini, 2007). Com histórico de debilidade política e econômica, o ano de 2006 é visto como um novo começo no país. Evo Morales assume a presidência após a renúncia de dois mandatários e num período de forte agitação dos movimentos e grupos sociais. Entre as tensões que marcam o período anterior à sua posse está a guerra da água, contra a privatização das “Aguas del Turani”. Iniciado ainda no Governo Banzer, esse processo elevou as tarifas do produto em 300% e a conturbada relação dos governos anteriores com os cocaleiros (produtores de coca). Considerando esse contexto, Evo Morales pauta a sua campanha eleitoral com o discurso de reverter a política sobre a produção da coca, propondo a legalização do seu cultivo e a existência de um Estado mais nacionalista no que tange à administração dos recursos naturais do país (Fuente Jeria, 2010).

A posse de Evo Morales representou um momento de força aos movimentos sociais. Favorável à reforma agrária com foco na legalização das terras pertencentes às comunidades de origens¹³ e maior autonomia da

¹³ Em anos anteriores, o presidente Sánchez de Lozada propôs a reformulação da concessão de terras a comunidades de origem, o que causou forte descontentamento na população nativa, sobretudo dentre os aimarás, que consideraram tal lei uma afronta. Detalhes em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702010000200006>.

propriedade de terra pelas autoridades locais, esse é o começo de um governo mais social. Visto como um representante mais próximo do povo, por sua ascendência, grupos indígenas mais reacionários, como o movimento Índio Pachakuti, entram num período de maior tranquilidade (Webber, 2016). Ao assumir a presidência, Evo Morales nomeia dirigentes de movimentos sociais e populares de diversas origens indígenas para compor cargos políticos.

Dentre as primeiras medidas do mandatário está a ampliação do projeto de nacionalização do hidrocarboneto¹⁴, que aumenta a participação do Estado na sua gerência e eleva o preço do gás exportado (Fuente Jeria, 2010; Gutierrez e Lorini, 2007). Com uma política econômica mais redistributiva, Evo Morales qualifica a vida da população boliviana (Geddes, 2016; Webber, 2016), como pode ser observado nos dados anteriores¹⁵.

Comparando o desenvolvimento econômico e a avaliação do sistema democrático boliviano, observa-se que seguem por caminhos evolutivos distintos. Os dados analisados destacam o sucesso das medidas econômicas da Bolívia após 2006. Com base no crescimento do PIB, verifica-se uma melhoria na qualidade de vida da população (saúde e educação). Esse cenário não se repete, todavia, em termos políticos. Os dados do Democracy Index indicam que a democracia no país não evolui no mesmo ritmo, ou seja, que, embora o país esteja numa situação mais estável politicamente, pouco o sistema democrático como um todo parece estar evoluindo. Algumas das razões que justificam esse panorama são as medidas político-institucionais do presidente Morales desde 2006.

14 Em 1º de maio de 2006, o presidente Evo Morales decretou a nacionalização de todo o setor de hidrocarbonetos daquele país (Decreto Supremo nº 28.701). Essa medida causou um forte abalo nas relações do país com diversos países que detinham investimentos nessa área na Bolívia (Canadá, Brasil, Coreia do Sul, Argentina, Espanha e Reino Unido). Detalhes em: <http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20060522090005.pdf>.

15 Um exemplo é o programa *Bono Juancito Pinto*, iniciado em 2006 e voltado a crianças da escola primária e secundária. Outro exemplo é o Renta Dignidad, com vistas a reduzir o número de pessoas em situação de pobreza extrema, e o projeto *Bono Juana Azurduy*, este na área da saúde materna e da nutrição infantil.

De acordo com Mendoza-Botelho (2016), desde os primeiros meses de mandato, algumas das medidas presidenciais de Evo Morales são contrárias àquelas que reforçam a existência de uma dinâmica que reforce a instauração de uma democracia plena. Isso pode ser observado no pretendido *referendum* de alteração constitucional que visava permitir a reeleição presidencial e de seu vice e na promulgação da Ley Especial de Convocatoria a la Asamblea Constituyente¹⁶, mais o Pacto de Unidad, de 2006 (Fuente Jeria, 2010).

Em menos de três meses de governo, o MAS aprovou a Ley Especial de Convocatoria a la Asamblea Constituyente. Essa medida tinha como propósito a reforma constitucional. Para Fuente Jeria (2010), o erro inicial foi a admissão de um grande número de constituintes dentro da lei de convocatória, o que estimulou a desorganização, dificultando o assessoramento técnico desses projetos. Para Mendoza-Botelho (2016), outra dimensão a ser considerada é a falta de uma estrutura institucional clara sobre como os processamentos e os trâmites deveriam ocorrer dentro das assembleias e a ausência de uma cota mínima entre gêneros para a ocupação de cargos políticos.

Outra problemática é a exigência de que uma pessoa, para ser candidata, deva ter o apoio de um partido político e/ou de associação já estabelecida ou representar um grupo indígena notório. Dessa forma, foi afastado da esfera política formal um vasto número de ativistas e de organizações sem apoio massivo de partidos ou de grupos majoritários (Mendoza-Botelho, 2016; Fuente Jeria, 2010). Os grupos mais afetados foram os representantes de pequenas organizações ou de grupos étnicos menos representativos, ou seja, aqueles ausentes de representação partidária consistente. Assim, as listas eleitorais após a Ley de Convocatoria beneficiaram os partidos maiores, gerando um vazio representativo durante as eleições.

¹⁶ Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:ITB23p1oPwMJ:www.iadb.org/rarch/legislacionindigena/leyn/docs/Bol-Ley-3464-06-Convoc-AsambleaConstituyente.doc+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>.

No que tange ao segundo ponto, o Pacto de Unidad (2006), essa foi uma articulação por parte da sociedade não governamental. Considerada um mecanismo de promoção de informação e empoderamento a minorias excluídas, como grupos étnicos minoritários e mulheres, essa medida foi vista com bons olhos. Segundo Zuazo (2010), o Pacto promoveu a maior integração e participação de grupos excluídos a esferas de participação política, mas que, ao mesmo tempo, estava controlada pelo governo. Esse controle ficou mais evidente no momento em que as discussões ali instauradas passaram a questionar o partido MAS. Com a aprovação da nova assembleia, o Pacto perdeu espaço e deixou de ser um movimento importante dentro da política boliviana (Zuazo, 2010).

O que se observa é que as medidas governamentais de Evo Morales e de seu partido em relação ao funcionamento normativo do sistema democrático boliviano criam uma engenharia institucional enraizada num modelo de democracia representativa liberal. As eleições não estimulam a participação direta de grupos de interesse, já que o modelo eleitoral é permissivo quanto a que partidos mais numerosos tenham maior possibilidade de eleger seus candidatos. Em outras palavras, as mudanças ampliam o acesso dos cidadãos à participação política formal, mas não de representantes políticos de grupos minoritários.

Em relação a única variável do Quadro 3 que se amplia entre 2006 e 2014, a participação da sociedade civil formal, que inclui ações como o ato de votar, ela pode ser compreendida de duas formas. A primeira, como um reflexo da identificação e participação dos cidadãos com a origem indígena do presidente Evo Morales. A outra razão, vai em direção ao pensamento de Chaves e Sá (2009) e De La Fuente (2001), de que a maior participação das pessoas na política é uma consequência das mudanças institucionais no país, mudanças que facilitaram que classes historicamente afastadas e excluídas da política chegassem ao governo e tivessem maior proximidade de comunicação com ele.

Em relação à cultura política, esse foi o quesito com os mais baixos resultados. O termo “cultura política” engloba variáveis que vão além da esfera política institucional e incluem as percepções atitudinais, avaliativas e comportamentais dos sujeitos sobre um ambiente ou uma esfera. Uma vez que esse ponto diz respeito a um conjunto de dados mais sensíveis, afirma-se que o período de oito anos é curto para que seja observada uma mudança estrutural significativa entre as pessoas. Ainda em relação ao baixo valor atingido durante os anos avaliados, cabe destacar que, politicamente, a maior parte dos bolivianos sempre esteve excluída do processo político formal e em relação a ele nutrindo sentimentos negativos (Rice, 2016). Segundo Fuente Jeria (2010), deve-se analisar a cultura política da Bolívia considerando seu passado. Essa cultura, marcada pela exclusão e por uma política colonizadora, os cidadãos bolivianos ainda hoje não estão acostumados a ver na esfera política formal uma forma de atuação para resolver seus problemas.

A pouca alteração na liberdade civil pode ser justificada pelo fato de a Bolívia ser configurada como uma democracia (institucionalmente) recente, desde 1982. Para que um sistema democrático seja instaurado, a existência de liberdade civil, ou seja, liberdade de expressão e de escolha dos candidatos e de representantes deve ser sólida e ampla. Desde 1994, com a lei da participação popular e maior liberdade para a formação de novos partidos, o país se enquadra numa situação em que as liberdades civis da população estão minimamente asseguradas (Rice, 2016).

Para finalizar, cabe destacar que, em 2015, a Bolívia desceu duas posições no *ranking* mundial de países democráticos. Com um índice geral de 5,75, ela terminou na 85 posição no Democracy Index de 2015. O resultado decorre da diminuição da participação pública das pessoas na política (5,0) e pelo fato de a melhora na avaliação do funcionamento (5,36) não ser suficiente para aumentar o índice geral do país. Em relação às liberdades civis, à cultura política e ao processo eleitoral, os valores se mantiveram iguais a 2014.

5. Conclusões

Este trabalho analisou o desenvolvimento da República Plurinacional da Bolívia em termos econômicos, de investimentos estatais na área social e da avaliação do seu sistema político durante os últimos anos. Foram considerados dados como: desenvolvimento do PIB, investimento do governo em programas sociais (saúde e educação), índice de desemprego e avaliação da democracia. Embora a finalidade fosse avaliar os anos de 2006 a 2014, optou-se pela elaboração de uma leitura comparada incluindo, quando possível, dados anteriores a esse período. Assim, foram incluídos dados econômicos e de investimento social anteriores a 2006, o que possibilitou comparar se houve uma modificação na economia após a ascensão de Evo Morales à presidência na Bolívia e como a situação do sistema político tem sido desenvolvida.

Reconhecido como um país de sociedade multiétnica e historicamente pobre, os últimos anos da Bolívia são de fortes transformações. A chegada do MAS à presidência com Evo Morales em 2006 marcou o começo de avanços econômicos e sociais no país. Dentre tais mudanças, destaca-se a política de controle estatal de recursos naturais. Embora o presidente Carlos G. Mesa tenha iniciado o debate sobre a utilização dos *royalties* desses recursos pelo Estado, é com o presidente Evo Morales que mudanças mais sérias aconteceram. Economicamente, é nas mãos desse presidente que a Bolívia deixou de lado o histórico viés econômico neoliberal para entrar numa era social-nacionalista. Essa perspectiva econômica inicialmente causou desconforto com setores econômicos nacionais e internacionais, mas, com o passar dos anos, atingiu resultados positivos.

O desenvolvimento econômico do país é visível com base no crescimento do valor total do seu PIB, que impacta diretamente a qualidade de vida das pessoas. Investimentos em áreas da saúde, da educação e da renda foram ampliados, tornando programas sociais mais acessíveis à população. Importante é destacar que a inversão de maiores valores nessas áreas ocorreu mais em virtude da ampliação do valor total do PIB do que em relação à porcentagem do

PIB destinada para cada quesito. Assim, observa-se que a mudança na qualidade de vida dos bolivianos ocorreu em decorrência da melhora econômica geral do país.

Considerado isso, e as premissas defendidas neste estudo, estima-se a necessidade de aprimoramentos da Bolívia em âmbito político. Para realizar essa análise foram empregados dados sobre o sistema político do país que considerassem variáveis institucionais e normativas do sistema e culturais da população. Um sistema político, para ser estável, está sujeito à adesão dos seus cidadãos, apoio que depende, em parte, da sua qualidade de vida. Para ser confiável e apoiado pelos seus cidadãos, um sistema político deve oferecer-lhes retorno. Desse modo, estima-se que haveria a ampliação de uma cultura política cívica de apoio e de suporte ao sistema político boliviano em virtude da melhoria econômica e social no país.

Analisando os dados do Democracy Index (2006-2014), verifica-se que a Bolívia ainda tem muito a amadurecer politicamente. Dentre as questões avaliadas, observa-se que o país não ampliou seu sistema político em direção a uma democracia mais consolidada dentro da teoria culturalista. Apenas um dos cinco critérios do Democracy Index se tornou mais positivo no período de 2006 a 2014, a participação política formal dos eleitores. O restante dos critérios se manteve em equilíbrio ou em leve queda. Esse cenário indica que, diferentemente da esfera econômica, a dimensão político-democrática do país não tem evoluído a olhos vistos. Isso não significa afirmar que a situação político-democrática após 2006 venha sendo negativa, mas que precisa ser mais bem compreendida e analisada, uma vez que é inegável que, politicamente, o país se encontra num patamar mais estável.

Em relação à participação popular institucional, desde 2004 tem aumentado a comunicação entre movimentos sociais, grupos de pressão e governo. Tem aumentado essa comunicação, contudo sem atender os grupos sociais menos numerosos, inclusive após implementação da Ley de Convocatoria de participação em 2006. A necessidade de apoio a grupos

partidários ou sociais já consagrados para que um candidato seja lançado minimiza a possibilidade de pessoas de determinadas etnias e de grupos sociais chegarem ao poder. Em outras palavras, os resultados obtidos neste estudo deixam claro o sucesso das medidas econômicas após 2006, mas salientam que, na esfera política, sobretudo na formal, o Estado boliviano ainda tem muito a evoluir. É necessário otimizar a criação de um ambiente normativo de implementação do sistema democrático de forma consistente. Nessa direção, a melhoria da qualidade de vida da população é um passo significativo para o desempenho político do país, contudo meios institucionais mais profícuos precisam ser implementados, como, por exemplo, a facilidade de acesso a grupos minoritários à política. Essa situação tem sido aprimorada, mas, necessita ser reforçada, como apontam os dados do Democracy Index, sobretudo sobre o funcionamento do governo e o processo eleitoral do país.

Na esfera cultural, de apoio cívico a um sistema político, esse é um processo complexo que se constrói com o tempo. Aqui é necessário considerar o peso do passado na construção da cultura política dos cidadãos. A estagnação da avaliação política por parte dos eleitores do país, em termos democráticos, não pode ser considerada com um cenário negativo quando avaliada a sua história política, social e econômica. Os recentes investimentos econômicos realizados na região, sobretudo de empresas estrangeiras, derivam da confiança e da estabilidade política do país. Pela primeira vez um presidente se mantém no poder por tanto tempo e potencializa tanto a economia do país. Situação que por si já indica maior apoio da população ao sistema político boliviano. Adiciona-se, a isso, a diminuição dos constantes “*paros*” nacionais. Os resultados econômicos do governo Morales trouxeram maior tranquilidade ao país, sobretudo por meio da diminuição da pobreza. Assim, os dados observados indicam a possível relação, para o caso boliviano, entre desenvolvimento econômico e político, uma vez que a estabilidade política do país promove uma imagem de mudança em relação ao seu passado e de maior confiança. Ou seja, existe uma relação entre desenvolvimento econômico e político. Dessa maneira, estima-se que a

maturação de um Estado político democrático mais profícuo, por meio da melhora dos pontos avaliados pelo Democracy Index, seja uma questão de tempo.

Referências

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney (1963). *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.

BAQUERO, Marcello (2008). “Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil”. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 14, nº 2, p. 380-413, nov. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762008000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 set. 2016.

BAUM, Matthew A.; LAKE, David A. (2003). “The political economy of growth: democracy and human capital”. *American Journal of Political Science*, v. 47, n. 2, p. 333-347.

BEETHAM, David (1999). *Democracy and human rights*. Cambridge: Polity Press.

BOLÍVIA. Ministério de Hidrocarburos. 2010. Decreto Supremo n. 28.701. Disponível em: <<http://www.hidrocarburos.gov.bo/Ministerio/Decretos/>>. Acesso em: 1º jun. 2016.

CEPAL, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. *Panorama social da América Latina 2010: documento informativo*. Disponível em: <<http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1235/panoramasocial2010p.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

CEPAL, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. *Panorama fiscal de América Latina y el Caribe, 2016*. Las finanzas públicas ante el desafío de conciliar austeridad con crecimiento e igualdad. Disponível em: <<http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/39939/S1600111.es.pdf?sequence=22>>.

CEPAL, Comissão econômica para América Latina. *Panorama Social da América Latina*, 2014. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt->

Uma análise sobre o desenvolvimento econômico e político da República Plurinacional da Bolívia nos primeiros anos do governo Morales (2006-2014) | Simone P. Viscarra | 74-107

br/publicaciones/37706-panorama-social-da-america-latina-2014-sintese.

Acesso em: 10 de jan. de 2017.

CHAVES, Daniel; SÁ, Miguel de; ARAUJO, Rafael (2009). *Bolívia: passos das revoluções*. Niterói, RJ: Muiraquitã.

CORAGGIO, José Luiz (2008). “América Latina: necesidad y posibilidades de otra economía”. *Revista Otra Economía*, vol. 2, nº 2, primeiro semestre.

DE LA FUENTE, Manuel (2001). *Participación popular y desarrollo local: la situación de los municipios rurales de Cochabamba y Chuquisaca*. La Paz: PROMEC-CEPLAG-CESUUMSS.

DEMOCRACY INDEX 2012. *The Economist Intelligence Unit's Democracy Index 2012: Democracy at standstill*. 2012. Disponível em: <<http://pages.eiu.com/rs/eiu2/images/Democracy-Index-2012.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2017.

DEMOCRACY INDEX 2014. *The Economist Intelligence Unit's Democracy Index 2014: Democracy and its discontents*. The economist. Disponível em: <https://www.sudestada.com.uy/Content/Articles/421a313a-d58f-462e-9b24-2504a37f6b56/Democracy-index-2014.pdf>. Acesso em: 12 de julho de 2017.

DEMOCRACY INDEX 2015. *The Economist Intelligence Unit's Democracy Index 2015: Democracy in an age of anxiety*. 2015. Disponível em: <<http://www.isie.tn/wp-content/uploads/2016/01/Economist-Intelligence-Unit-Democracy-Index-2015.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2016.

DOUCOULIAGOS, Hristos; ULUBASOGLU, Mehmet A. (2008). “Democracy and economic growth: a meta-analysis”. *American Journal of Political Science*, vol. 52, nº 1, p. 61-83.

FMI, Fundo Monetário Internacional. Produto Interno bruto (Bolívia). 2014. Disponível em: <<http://www.imf.org/en/Countries/BOL>>. Acessado em 22 maio de 2016.

FUENTE JERIA, José de la (2010). “El difícil parto de otra democracia: la Asamblea Constituyente de Bolivia”. *Latin American Research Review*, vol. 45, special issue: Living in Actually Existing Democracies, p. 5-26.

GEDDES, Mike (2016). “What happens when community organisers move into government? Recent experience in Bolivia”. In: _____. *Class, inequality and*

Uma análise sobre o desenvolvimento econômico e político da República Plurinacional da Bolívia nos primeiros anos do governo Morales (2006-2014) | Simone P. Viscarra | 74-107

community development. Rethinking community development. Bristol: University of Bristol.

GOODIN, Robert E.; KLINGEMANN, Hans-Dieter (Eds.) (1996). *A new handbook of political science*. Oxford: Oxford University Press.

GUTIERREZ, Carlos Jahnsen; LORINI, Irma (2007). “A trilha de Morales: novo movimento social indígena na Bolívia”. *Novos Estudos - CEBRAP*, São Paulo, n. 77, p. 49-70, mar.

HALL, Peter (1994). “The new institutionalism”. IN: *American Political Science Association*, Cambridge. ‘What is Institutionalism Now?’. University of Maryland, October 1994.

HANSON, Jonathan K (2010). “Democracy and state capacity: complements or substitutes?”. *Working Paper*, Department of Political Science, Syracuse University, Syracuse.

INGLEHART, Ronald (1995a). “Changing values, economic development and political change”. *International Social Science Journal*, nº 145, p. 379-404, set.

INGLEHART, Ronald (1998). Modernización y Posmodernización El Cambio Cultural, Económico y Político en 43 Sociedades, Madrid, Siglo XXI editores.

INGLEHART, Ronald. (1995b). *Value change in global perspective*. Michigan: University of Michigan Press.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian (2005). *Modernization, cultural change and democracy: the human Development sequence*. Cambridge: Cambridge University Press.

MAYORGA, René Antonio (2004). “La crisis del sistema de partidos políticos en Bolivia: causas y consecuencias”. In: KORNBLITH, M.; MAYORGA, R. A.; PACHANO, S.; TANAKA, M.; UNGAR BLEIER, E.; ARÉVALO, C. A. (Dirs.). *Partidos políticos e la región andina: entre la crisis y el cambio*. Estocolmo: IDEA.

MENDOZA-BOTELHO, Martín (2016). “Revisiting Bolivia’s Constituent Assembly: lessons on the quality of democracy”. *Asian Journal of Latin American Studies*, vol. 29, nº 1, p. 19-55.

MUSSI, Carlos; AFONSO, José Roberto (2008). “Como conciliar desarrollo economico con bien estar social. Algunas reflexiones sobre los nuevos desafios latinoamericanos”. *Revista Nueva Sociedad*, nº 215, mayo/jun, 147-166.

Uma análise sobre o desenvolvimento econômico e político da República Plurinacional da Bolívia nos primeiros anos do governo Morales (2006-2014) | Simone P. Viscarra | 74-107

NY TIMES (2014). *Turn about in Bolivia as economy rises from instability*. Disponível em: http://www.nytimes.com/2014/02/17/world/americas/turnabout-in-bolivia-as-economy-rises-from-instability.html?_r=0. Acesso em: 15 ago. 2017.

PACTO DE UNIDAD (2006). Propuesta de las organizaciones indígenas, originarias, campesinas y de colonizadores hacia la asamblea constituyente em Bolivia: memoria, insurgência y movimientos sociales. *OSAL*, ano VIII n. 22, 19 pág.

PRZEWORSKI, Adam (1991). *Democracy and market*. New York: Cambridge University Press.

PRZEWORSKI, Adam (1993). Economic Reforms, Public Opinion, and Political Institutions: Poland in the Western Europe Perspective". In BRESSER, Pereira; MARAVALL, Maria e PRZEWORSKI, Adam (Org).

PRZEWORSKI, Adam (2000). *Democracy and Development*. Cambridge University Press.

REIS, Guilherme Simões (2013). A social-democracia do MAS boliviano. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 21, nº 48, p. 67-83.

RICE, Roberta (2016). "Intercultural democracy and civil society participation in the new decolonized Bolivia". In: RICE, Roberta; YOVANOVICH, Gordana (Eds). *Re-imagining community and civil society in Latin America and the Caribbean*. New York: Routledge.

Robert Dahl (1989). *Democracy and Its Critics*. Yale University Press.

SELIGSON, Mitchell A.; AMES, B.; PEREZ-LIÑAN, A.; MORENO-MORALES, D. (2004). *Elites, instituciones y el público: una nueva mirada a la democracia boliviana*. La Paz: Pittsburg University/USAID.

TAPIA, Luís (2005). "La cuarta derrota del neoliberalismo en Bolivia". *OSAL*, ano IV, nº 17, maio-ago. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/osal/osal17/andinatapia.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2016.

TONELA, Celene (2011). "Participação política, valores, cultura política e as (possíveis) correlações com as eleições de 2010". *Revista Espaço Acadêmico*, v. 11, n. 126. Disponível em:

Uma análise sobre o desenvolvimento econômico e político da República Plurinacional da Bolívia nos primeiros anos do governo Morales (2006-2014) | Simone P. Viscarra | 74-107

<<http://eduem.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/13596/8156>>. Acesso em: 5 jun. 2017.

UNESCO, 2014. Revisión nacional 2015 de la Educación para Todos. Agosto de 2014. 97 pág. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002300/230022S.pdf>>. Acesso em: 53 de junho de 2017.

WEBBER, Jeffery R. (2016). “Evo Morales and the political economy of passive revolution in Bolivia”. *Third World Quarterly*, vol. 37, nº 10, p. 1855-1876.

ZUAZO, Moira (2010). “¿Los movimientos sociales en el poder? El gobierno del mas en Bolivia”. *Nueva Sociedad*, nº 227. Disponível em: <http://nuso.org/media/articles/downloads/3700_1.pdf>.

Recebido em: 26/09/2017
Aprovado em: 09/01/2018